

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, E.P.E (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.058.957.076 euros e um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 223.589.401 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfases

9. Conforme referido na nota 20 do Relatório e Contas da Empresa, durante o ano de 2011 foi reclassificado diverso material circulante, da rubrica Ativos fixos tangíveis para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, por se entender que a realização destes ativos ocorrerá através da sua alienação e não pelo seu uso. Contudo, parte deste material circulante não foi alienado no período de 12 meses subsequente, conforme definido pelo normativo contabilístico aplicável. Apesar disso, o Conselho de Administração entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, uma vez que, a alienação não aconteceu devido a factos alheios ao seu controlo.
10. Conforme igualmente referido na nota 20 do Relatório e Contas da Empresa, o Conselho de Administração decidiu reforçar a imparidade do material circulante incluído na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, dado o elevado grau de incerteza sobre o justo valor destes ativos e consequentemente a sua realização. Esta incerteza resulta da especificidade destes ativos e da indústria em que a Empresa opera, onde não existe nomeadamente um mercado ativo que transacione estes bens e o número de eventuais interessados nos mesmos é reduzido.
9. A Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2012, um total de capital próprio negativo de 2.996.053.971 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Em novembro de 2011, o Governo Português aprovou o Plano Estratégico dos Transportes, que concretiza um conjunto de reformas estruturais a implementar no sector dos transportes e das infra-estruturas, que terá impactos significativos ao nível da Empresa, nomeadamente quanto ao conjunto de soluções para melhorar a gestão do stock de dívida e dos encargos financeiros decorrentes e ao programa de equilíbrio operacional. Assim, a continuidade das operações da Empresa, e por conseguinte a realização dos seus ativos e a classificação dos seus passivos, depende da evolução e implementação do referido Plano, do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Porto, 21 de fevereiro de 2013


HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)